

33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT: 17 – EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

**ESTRATÉGIAS SÓCIO-EDUCATIVAS, UTILIZADAS POR
FAMÍLIAS EM CONDIÇÕES DE EXTREMA POBREZA, NA
APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO¹**

Lindomar Wessler Boneti²

¹Apoio do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq

²Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR

INTRODUÇÃO

A análise que se faz tem origem de dados recolhidos por uma pesquisa cujo projeto intitula-se “Estratégias sócio-educativas de apropriação do espaço público por famílias em condições de vulnerabilidade social no Brasil”. O tratamento dos dados e a análise dos mesmos obtiveram importante colaboração do grupo de pesquisadores do Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Fribourg – Suíça, durante o período do estágio de pós-doutorado lá realizado, especialmente os professores Tânia Ogay, Jean-Luc Gurtner e Jaqueline Monbaron.

O foco primeiro da análise que aqui se apresenta é a de trazer subsídios na elaboração e implementação de políticas educacionais, na medida em que busca compreender a dinâmica que envolve a presença da ação do Estado (através de políticas educacionais) em ambientes de vulnerabilidade social e, ao mesmo tempo, a dinâmica da ação do indivíduo e/ou do coletivo (através de organizações sociais) na apropriação da ação do Estado.

Para a elaboração do objeto de investigação, partiu-se do pressuposto da existência de uma nova configuração do espaço público, impondo implicações sobre a população em condições de extrema vulnerabilidade social, como é o caso da noção de pertencimento e de vínculos. Isto se caracteriza por alguns aspectos importantes, como bem salienta Dubet (2006, p. 33-62), tais: a) enfraquecimento da força política da classe trabalhadora a partir da própria perda da cultura de classe, entre outros fatores; b) emergência da pobreza que conjuga a destituição e privação de bens e acessos à negação do status de cidadão, seja no desenho institucional do Estado ou nas práticas sociais (deslegitimação de políticas e ações sociais públicas); c) alteração dos processos de integração e desintegração (por exemplo, enfraquecimento do papel da escola e do trabalho/emprego enquanto promotores de vínculos e da integração social).

Segundo François Dubet, (2006, p. 33-62), o enfraquecimento da ordem das sociedades industriais provocou a desagregação dos status, das identidades e dos registros das igualdades e desigualdades. Neste contexto, os processos de integração e desintegração mudaram de natureza. A noção de classe perdeu em parte a sua atualidade em decorrência das mutações sociais profundas na ordem das relações sociais de produção, no domínio das identidades em que a cultura de massa degradou as culturas de classe, e no registro da ação coletiva, não sendo todos os movimentos sociais redutíveis a movimentos de classe. Em relação à escola

como instituição de integração, enquanto o modelo republicano era dirigido pela função de integração cultural, a escola é hoje dominada pela sua função de distribuição e pelo reino da utilidade escolar (p. 53). Conclusão, os indivíduos são menos definidos pelo seu papel, concebido como a integração de uma subjetividade e de uma posição social, do que pela sua experiência e pela sua capacidade de se construírem a si próprios enquanto atores sociais.

Robert Castel (2006, p. 20-32), por sua vez, analisa que a partir do fim da segunda guerra mundial se institui uma passagem da sociedade industrial para a sociedade salarial, nos países europeus, o que perdura mais ou menos até a década de 1970. Nos dias de hoje se implanta o discurso de exclusão social (o que não se pode substituir o paradigma de classe social) designando uma inquietação geral diante da degradação das estruturas da sociedade salarial. Os excluídos não constituem um grupo homogêneo. São conjuntos de indivíduos, separados de seus atributos coletivos, entregues a si próprios, e que acumulam a maioria das desvantagens sociais: pobreza, falta de trabalho, sociabilidade restrita, condições precárias de moradia, grande exposição a todos os riscos da existência social, etc. Emerge novas formas de desigualdades sociais, as quais transcendem as de classe. Elas produzem indivíduos isolados de suas pertenças coletivas, destituídos de vínculos (vínculos empregatícios, institucionais, familiares, afetivos, etc.)

Mas no âmbito deste contexto de isolamento, de individualização e de distanciamento das ações institucionais, a população em situação de extrema vulnerabilidade social constrói recursos de sobrevivência, cria estratégias de socialização e de aproximação com as ações do Estado. Esta investigação busca conhecer estas estratégias, particularmente no que se refere as de cunho sócio-educativas.

Por estratégias sócio-educativas entende-se, para efeito deste estudo, os recursos de sobrevivência criados pelas famílias em condições de vulnerabilidade social, as quais guardam implicações de aprendizagens e de construção de novos saberes através da escola e/ou de outras práticas sociais.

Os passos da investigação

Os critérios utilizados para se considerar as famílias em condições de extrema vulnerabilidade social, para efeito deste estudo, foram os seguintes: 1. Constituir-se de família, não necessariamente do modelo tradicional (pai, mãe e filhos), podendo se constituir de um conjunto de pessoas que co-habitam e dividem os recursos de sobrevivência; 2. Habitar em

ambientes típicos de ocupação alternativa; 3. Não possuir vínculos empregatícios, estando a sobrevivência condicionada a construção de recursos alternativos informais.

Como instrumento de coleta de dados utilizou-se a trajetória de vida, por meio de entrevistas abertas, com famílias em condições de vulnerabilidade social residentes em bairros periféricos da cidade de Curitiba – Pr.

Após a realização das primeiras entrevistas foi possível fazer algumas constatações importantes a partir das quais se procedeu um aperfeiçoamento no instrumento de coleta de informações, tais como:

1. Que é possível identificar, no âmbito das trajetórias de vida das famílias, de grandes perdas, normalmente associadas a experiências obtidas nas relações com a escola ou com a vida produtiva (trabalho), as quais explicam a condição de vulnerabilidade social que se encontra a família no momento atual. Esta constatação despertou a necessidade de se dar atenção também à geração anterior, de se começar a reconstrução da trajetória de vida da família a partir da geração anterior, no sentido de identificar claramente o período que se procedeu as grandes perdas.

2. Que o processo de perdas que caracteriza a trajetória de vida destas famílias e/ou indivíduos desencadeou em perdas de vínculos (institucionais, empregatícios, escolares, religiosos e afetivos, etc.) resultando, em grande parte, no isolamento do próprio indivíduo;

3. Este processo de perdas pode se constituir no diferencial da condição social atual. Isto é, a partir desta constatação foi possível elaborar uma caracterização mais minuciosa do próprio universo social caracterizado como de extrema pobreza;

4. A partir desta constatação passou-se dar uma atenção especial, nas entrevistas realizadas posteriormente, em dois aspectos: primeiramente pela reconstrução da trajetória de vida da família a partir da geração anterior, no sentido de bem localizar a grande perda que justifica a condição atual; em segundo lugar, proceder um redirecionamento das próprias entrevistas, no decorrer das mesmas, quando necessário, de uma conotação familiar para a individual.

A análise dos dados

A análise dos dados centralizou-se fundamentalmente em dois momentos das trajetórias de vida das famílias e/ou indivíduos: A grande perda, a qual justifica a condição atual; As estratégias de reconstrução da apropriação do espaço público. Na perspectiva de se

construir categorias de análises a partir dos dados pesquisados, atribuiu-se significativa importância aos significados das palavras, às reações e aos acontecimentos que marcam a história de vida das pessoas entrevistadas. Com este procedimento, possibilitou-se identificar palavras, frases e fatos salientados e que, pela frequência das suas utilizações, receberam status de categorias de dados ou de análise.

O MÉTODO TEÓRICO

Como diz Bajoit (2006, p. 15), o mais difícil foi, e ainda é, dispor de instrumentos teóricos pertinentes, para propor uma análise sociológica capaz de tornar inteligíveis as mutações em curso e de esclarecer os atores. A sociologia, com efeito, é uma ciência contemporânea da modernidade e da industrialização: ela nasceu com o modelo cultural das sociedades industriais que a tornou pensável, e os seus conceitos foram concebidos por pensadores empregnados por esta concepção do mundo e pelas grandes ideologias que daí derivam. Ora, o que muda atualmente é em particular este modelo cultural. Logo, a sociologia está ela própria atingida nos seus fundamentos, nos seus paradigmas clássicos. Diante deste contexto, segundo o autor citado, (p. 16-17) a sociologia não pode compreender a vida social de hoje se não colocando o sujeito individual no centro da sua abordagem;

Segundo François Dubet (1994, p. 12) a sociologia clássica tinha como matriz central o pressuposto que o indivíduo é definido pela interiorização do social. A ação do indivíduo não é mais que a realização de normas de um conjunto social integrado em torno de princípios comuns entre os indivíduos e o sistema. Mas, nos dias de hoje “...além da diversidade, a grande parte dos teóricos contemporâneos compartilham certas críticas à matriz essencial do modelo clássico (...). No final das contas, o que parece dominar nos dias de hoje é a idéia do distanciamento do ator do sistema”.

Os autores acima citados situam de forma clara o debate que hoje se faz no âmbito dos estudos sociológicos no sentido de se encontrar um método teórico capaz de melhor compreender a realidade social em nossos dias caracterizada por um processo dinâmico de grandes transformações.

Mas, o melhor procedimento no sentido de se buscar um método adequado para se compreender uma dada realidade é o de se deixar livre que a realidade, ela própria, indique elementos para a identificação do método mais adequado na sua compreensão. Ou até mesmo, nem seria de se restringir num método específico, considerando-se a complexidade

que envolve a realidade nos dias de hoje, a sua explicação nem sempre é possível se fazer a partir de um método específico, mas se proceder a interlocução entre vários deles.

O fenômeno objeto da investigação cujos dados aqui são analisados é um exemplo desta dificuldade de se acatar um único método teórico no sentido de explicá-lo. Trata-se de um fenômeno o qual não se pode polarizar indivíduo/sistema, havendo a necessidade, de se considerar esta intrínseca relação, mesmo porque é impossível se dissociar o grupo social investigado do contexto de classe, enquanto um segmento de trabalhadores explorados e sem direitos sociais, mas, ao mesmo tempo, a objetividade da classe é quebrada com a construção de subjetividades culturais que insistentemente permeiam os dados coletados. Possivelmente esta investigação se trata de um caso em que não se aplica o “monoteísmo” e sim o “poleteísmo” teórico no dizer de Rocher (2004, p. 3), afirmando que: “não tem um só bom conhecimento e explicação da realidade social, esta pode e deve ser apreendida a partir de diversas perspectivas, cada uma contribuindo para um conhecimento sempre em via de congregar, sem ser jamais definitiva.”

Assim, o caminho teórico mais adequado para explicar a realidade estudada nasce no contexto dos próprios dados coletados. Os dados apresentados indicam que o significado das estratégias sócio-educativas de apropriação do espaço público pode se fazer presente na busca de uma identidade social, e esta, a identidade social, está associada às construções das significações culturais. Neste sentido, dois aspectos interligados podem dar significado aos dados coletados: a noção de espaço e espaço público e a relação entre cultura, universo objetivo e a construção da identidade social. Os significados destes dois aspectos para a investigação serão analisados a seguir.

O espaço e o espaço público

Adota-se, na pesquisa, a idéia de que o espaço público pode ser entendido no sentido clássico, enquanto lugares de acesso público ou mecanismos coletivos de socialização e construção social e política, mas também o mundo da explicitação das subjetividades manifestações culturais. O público, por sua vez, pode ser entendido, segundo Arendt (2002, p. 59-62), “em primeiro lugar, tudo o que vem a público, que pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível.... Em segundo lugar, o termo “público, significa o próprio mundo na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele.” Mesmo considerando o processo de transformação do significado do termo privado (da

conotação da carência para a conotação da privacidade), como bem salientam Arendt (2002) e Habermas (1984), considera-se no estudo que o público é constituído também pelo privado na medida em que este público se faz pelo compartilhamento do espaço, o qual se constitui de bens públicos (do Estado) e do espaço onde a propriedade privada se faz presente, mas especialmente onde a privacidade aflora, constituída pelas subjetividades, vontades, discurso argumentativo, ação política e traços culturais.

Isto é, a noção clássica de espaço público dá a entender que este se constitui “de um espaço de mediação entre a sociedade civil e o Estado, que favorece, pelo debate contraditório, a emergência da opinião pública...” (DACHEUX, 2008, p. 8) mediação esta ocupada pelo exercício do direito do cidadão (que é o ato de fazer política, da busca do direito, da busca do exercício da política...), partindo da premissa de haver uma distinção entre sociedade civil e Estado. Mas no estudo realizado parte-se do pressuposto que a ação no espaço público não se resume na busca do direito, mas também na efetivação da autoria do direito, expressa desde a ação da expressão da opinião à construção de estratégias de construção da vida material e social.

A partir desta significação dada à noção do espaço público, a ação de apropriação deste espaço significa aquisição de vínculos na construção da vida material, aquisição de vínculos afetivos, aquisição de espaços de habitação, aquisição de vínculos protetivos (saúde, segurança e alimentação, habitação, etc.), assim como a própria aquisição de informações a respeito da organização política e administrativa da sociedade.

A cultura, o universo objetivo e a construção da identidade social

Entende-se que o fenômeno cultural somente contribui na explicação da realidade estudada na medida em que se adota uma noção antropológica de cultura, como faz Geertz (1989, p.15) ao dizer que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo estas teias e a sua análise...”, ou ainda no contexto da noção de cultura em Gramsci, entendendo-a como a construção de saberes e habilidades inerentes às práticas sociais no contexto de uma formação social dada (GRAMSCI, 1989).

A partir destas duas noções de cultura, não se pode considerar que qualquer apropriação de saberes, escolar ou não, como estratégia de apropriação do espaço público é neutra. Na verdade a escola é produto cultural, ela se constitui de um contexto de um padrão cultural. Nem sempre a cultura se constitui de conteúdo ensinado na escola, como é o caso de uma prática

cultural, do folclore de um povo, etc. mas sempre a cultura se faz presente no ensino escolar através do conteúdo ensinado e através da prática pedagógica utilizada. Como diz Forquin (1993, p. 9), “ninguém pode ensinar verdadeiramente se não ensina alguma coisa que seja verdadeira ou válida a seus próprios olhos”. Aos seus próprios olhos significa dizer, segundo a sua cultura. A cultura, portanto, chega e se faz presente na escola, em primeiro lugar, através da própria legislação educacional (explicitada nos conteúdos, normas, regras e valores), e, em segundo lugar, a cultura se expressa na postura pedagógica utilizada na sala de aula.

A partir do significado cultural atribuído acima, “cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação, ou então de grupos no interior de uma sociedade” Santos (2003, p. 24). Cultura se constitui pelas “maneiras de conceber e organizar a vida social e seus aspectos materiais.” (Santos, 2003, p. 24). Mas existem algumas particularidades da cultura, salientadas por Arantes (1998, p. 50-51) que são importantes de serem considerados para bem entender esta relação entre cultura e o estudo aqui analisado: a cultura se constitui de signos e símbolos; ela é convencional, arbitrária e estruturada; ela é constitutiva da ação social sendo, portanto, indissociável dela; os eventos culturais não são “coisas” (objetos materiais ou não materiais), mas produtos significantes da atividade social de homens determinados, cujas condições históricas de produção, reprodução e transformação, devem ser desvendadas. Assim, ao mesmo tempo que a cultura se constitui de uma construção abstrata e simbólica, expressão da ação coletiva na luta pela construção da vida material e social, os seus signos e símbolos estruturam a sociedade, dão significados às ações e aos papéis sociais. É neste aspecto onde se encontra a essência da relação entre cultura e as estratégias de apropriação do espaço público.

Quando se diz que a cultura se constitui de uma estrutura de símbolos considera-se haver uma construção estrutural a partir das significações culturais. Ao se falar numa construção estrutural pensa-se logo em algo concreto, é realmente concreto, mas é constituído pelas significações culturais, como por exemplo, o sentido social de se ter um saber socialmente reconhecido, um saber profissional, o sentido das regras que estabelecem limites nas relações sociais. Todo este contexto de significações, regras e normas sociais pode-se considerar uma estrutura, mas é constituída de significações culturais. Neste sentido Bourdieu, no prefácio do livro “Les Chômeurs de Marienthal” (1981) alcinhou dois conceitos que explicam bem o papel cultural na construção da estrutura social, o que ele chamou de “l’univers objectif” e “la raison d’être social”. Ao se falar do universo objetivo Bourdieu se refere à estrutura simbólica da qual se fez referência acima neste texto. As pessoas, na medida em que elas se colocam

neste contexto, na busca do reconhecimento social, o saber, o emprego, a profissão, o status, todo este universo objetivo representa para o indivíduo a razão do Ser social, ou se poderia utilizar a expressão, a identidade social. Em outras palavras, a identidade, o que Bourdieu alcunhou como a “la raison d’être social” (a razão de ser social) significa dizer que existe uma lógica simbólica construída no mundo das relações sociais, baseado na cultura, que liga o indivíduo enquanto tal ao conjunto social, o ser social.

Neste contexto, existe um aspecto importante do estudo, que se apresenta como fenômeno base de compreensão, que se situa entre o que é público e o que é privado, já citado por Arendt (2002) neste texto. Diz a autora (p. 62): “o termo “público” significa o próprio mundo na medida em que é comum a todos nós *e diferente do lugar que nos cabe dentro dele* (grifo nosso). Isto significa que o público é constituído pelo privado, no sentido do privativo, considerando as subjetividades individuais com as quais o indivíduo se insere no público.

O desafio do estudo é entrar no âmbito deste privado que constitui o público e a partir de suas subjetivações e/ou significações culturais, compreender a ação dos indivíduos na apropriação do espaço público.

A partir desta análise é preciso considerar que as estratégias sócio-educativas de apropriação do espaço público não significam apenas a busca da sobrevivência física, mas a construção do Ser social, estabelecendo ligação entre o indivíduo e o mundo objetivo.

A ligação entre o indivíduo e o mundo objetivo se estabelece através de qualquer vínculo formal, de trabalho, de escola, de classe, etc., os quais carregam significações culturais. É neste sentido que este estudo busca compreender, quais as estratégias utilizadas por um segmento social sem qualquer vínculo formal, no sentido de estabelecer relação do indivíduo com o mundo objetivo e assim construir a razão do ser social.

A INVESTIGAÇÃO: A FALA DOS DADOS COLETADOS

Na medida em que os dados foram sendo coletados explicitou-se pouco a pouco o significado dos mesmos a partir de uma ordem de apresentação, a qual será exposta a seguir.

O corte: a grande perda ocorrida ao longo da história da vida da família ou do indivíduo a qual justifica a condição social atual

Após a realização das primeiras entrevistas já foi possível fazer algumas constatações importantes a partir das quais se procedeu um aperfeiçoamento no instrumento de coleta de informações. Uma destas constatações a qual também contribuiu para um certo redirecionamento da investigação, como já foi dito na introdução deste trabalho, foi a constatação de que é possível identificar, no âmbito das trajetórias de vida das famílias e/ou de indivíduos, de grandes perdas, normalmente associadas a experiências obtidas nas relações com a escola, com a vida produtiva (trabalho) ou com a família, as quais explicam a condição de vulnerabilidade social que se encontra a família no momento atual. Esta constatação despertou a necessidade de se dar atenção também à geração anterior, de se começar a reconstrução da trajetória de vida da família desde a geração anterior, no sentido de identificar claramente o período que se procedeu as grandes perdas. Este processo de perdas que caracteriza a trajetória de vida destas famílias e/ou indivíduos desencadeou em perdas de vínculos (normalmente institucionais, empregatícios, escolares, religiosos) resultando no isolamento do indivíduo ou da família. Exemplos:

Aos 12 anos eu e a minha irmã fomos morar com o pai, pois a gente não se dava muito bem com o padrasto. O pai bebia muito, não tinha muita responsabilidade para cuidar da gente, volta e meia tinha problema com o Conselho Tutelar, até que a guarda das crianças foi solicitadas por uma mulher do Conselho (...), o pai nos deu, com 12 e 14 anos para esta mulher. Nesta casa, eu trabalhava como doméstica e sofria maus tratos: depois de limpar a casa retornava para uma peça que morava atrás da casa da família, quando não tinha ninguém nesta casa a gente ficava trancadas até alguém retornar, só podiam lavar nossas roupas no domingo em dia de chuva, a gente tomava banho gelado às 5 da manhã e não recebia nenhum tipo de ajuda em dinheiro. A minha irmã conseguiu fugir cerca de seis meses depois de estar lá, e permaneci lá até os 17 anos, quando também consegui fugir e fiquei perambulando de uma casa para outra, até voltar a morar com a mãe aos 18 anos.

Com 14 anos engravidei e tive que abandonar os estudos

Estudei até a 5 série. Eu saí da escola porque era muito bagunceira na escola

Abandonei a escola para colher algodão, com treze anos Estudei até a terceira. Primeira, segunda, terceira e depois não quis mais. Era uma escola pública. Parei um tempo e casei muito nova, jovem. Antes de me casar eu não abandonei, eu trabalhei para ajudar a família. Tinha que trabalhar naquele tempo, a família era pobre com um monte de filho. Minha mãe tem catorze. Meu pai trabalhava no chão, embaixo da mina de carvão. Sempre gostei da escola mas era muito burrinha. Acho que não aprendia nada, daí logo em seguida eu abandonei, logo em seguida depois de abandonar a escola eu já casei também, né? Acho que casei com 16 anos. Na época? Na época a gente apanhava assim, de régua, nas mãos...eu era muito rebelde, assim. Nunca me deixei me tocar. Na época eu só saí da escola por que uma professora me falou: ó (...) você é agressiva. Nesta época que eu saí da escola eu tentei avançar na professora, daí eles chamaram meu pai e minha mãe, sabe? Daí eu não quis mais estudar, não quis mais ir para o colégio.

Daí eu comecei a trabalhar de doméstica nas casas, nas famílias cuidar de crianças. Entendeu? É isso mais ou menos minha vida. Daí logo em seguida eu arrumei um serviço na metalúrgica, trabalhei junto. Daí logo em seguida sai da metalúrgica, na minha cidade deixa eu me lembrar... trabalhei...deixa eu lembrar agora...azulejo.

A partir das informações extraídas das trajetórias de vida das pessoas entrevistadas, é possível sintetizar as perdas significativas em três principais situações: o mundo produtivo (trabalho), a família (conflitos familiares) e a escola (evasão, fracasso, repetência, conflitos com o pessoal da escola, dificuldades de aprender, etc.). Ver quadro 01: As perdas significativas.

Quadro 01: As perdas significativas

As Grandes perdas	Os motivos	As conseqüências
1. Ação Produtiva	<ul style="list-style-type: none"> .migração campo/cidade (modernização da agricultura) .trabalho infantil .ausência de direitos trabalhistas (exploração no trabalho) . maus tratos no emprego . renda familiar baixa . desemprego . violência dos pais . violência de padrasto/madrasta . pobreza (falta de condições de vida na família) 	<ul style="list-style-type: none"> - desemprego - abandono da escola -abandono/perda do emprego - abandono precoce da família - trabalho infantil - prostituição - falta de documentação
2. Conflitos familiares	<ul style="list-style-type: none"> . abandono pelos pais quando criança . alcoolismo dos pais . separação conjugal . violência entre os cônjuges . drogas . solidão. . não freqüentou a escola (inexistente no lugar) .conflitos pessoais com as pessoas da escola (especialmente a professora) . não conseguia aprender (reprovação) 	<ul style="list-style-type: none"> .abandono familiar .casamento precoce .gravidez precoce .habitante de rua .drogas . alcoolismo . vida em orfanato -rua . não sabe quem são os pais . perda de bens
3. Escola	<ul style="list-style-type: none"> . falta de interesse dos pais (falta de ajuda e de cobrança) . droga na escola . violência na escola (grupos organizados) . violência da escola (agressões contra a criança) . problemas comportamentais na escola . trabalho infantil 	<ul style="list-style-type: none"> . não sabe ler e escrever . fracasso escolar . abandono da escola . falta de documentação

Caracterização da condição de extrema vulnerabilidade social

O segundo aspecto imediatamente identificado pelos dados coletados, é que os acontecimentos que derivaram no corte significativo que marcaram a trajetória de vida do indivíduo ou da família, se faz presente e contribui na caracterização de uma diferenciação na condição social da família ou do indivíduo nos dias atuais. Esta informação trouxe dois significados: primeiramente para a própria investigação, na medida em que se constatou que o universo investigado estava dividido em dois grupos sociais distintos, caracterizados diferencialmente pela própria condição social, carecendo de tratamento diferenciado na pesquisa pois cada um destes grupos constroem estratégias diferentes de apropriação do espaço público. Em segundo lugar esta informação traz elementos novos na construção de um “modelo” que melhor caracteriza a condição de extrema vulnerabilidade social.

Tomando-se como base o sentido de gravidade ou não da condição social de extrema vulnerabilidade social, identificou-se dois grupos distintos, os quais passaram a ser caracterizados, na pesquisa, como de extrema vulnerabilidade social e de vulnerabilidade simplesmente.

O principal parâmetro utilizado na distinção entre a extrema vulnerabilidade e de vulnerabilidade simplesmente, foi o de manter ou não a Identidade Social, conforme definição já explicitada neste trabalho. Isto é, passou-se a considerar que a perda total da identidade social implica numa condição social de extrema vulnerabilidade e que a perda parcial da identidade social impõe a este grupo social a condição de vulnerabilidade simplesmente.

Em relação à identificação da identidade social, conforme já foi definido neste texto, utilizou-se algumas informações chaves para distinguir a perda total ou parcial da identidade social pela pessoa entrevistada, tais como a desvinculação total ou parcial da ação produtiva. Estas informações dizem respeito aquilo que pode fazer a ligação do indivíduo ao universo objetivo da sociedade, que carrega simbologia cultural, como é o caso dos vínculos (familiares e/afetivos); ação produtiva; participação (ou possuir conhecimento da organização política da sociedade), etc. A partir destas informações foi possível identificar dois grupos diferentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social (ver quadro 02)

Quadro 02: Caracterização da condição de vulnerabilidade social

<p>a) Na condição de extrema precariedade social, obrigando-se tratar a questão no contexto do indivíduo, não da família</p> <ul style="list-style-type: none"> .laços familiares ou afetivos frágeis ou ausentes Ausência de atividades produtivas (de renda) .ausência da noção de direitos sociais e/ou de relações políticas .a relação com políticas sociais ao nível simplesmente da proteção social, não da reinserção .relação com outras organizações sociais (Organizações não governamentais) simplesmente no nível de proteção social .ausência do lugar fixo de residência .recursos de sobrevivência: caridade 	<p>b) Na condição de precariedade social, podendo-se tratar a questão a partir da ótica da família</p> <ul style="list-style-type: none"> .existências de laços familiares e/ou afetivos .existência de atividades produtivas alternativas, reconhecidas ou não pelas administrações públicas .a criação de recursos alternativos de sobrevivência, normalmente não reconhecidos imediatamente pelas administrações públicas .relação com políticas sociais de forma temporária e frágil, mas no nível da reconstrução (a inserção social) .relação com outras organizações sociais (Organizações não governamentais) frágil, dependendo do espaço geográfico de residência .estratégias sócio-educativas de apropriação do espaço a partir dos laços comunitários locais. .laços frágeis com a escola para as crianças
---	--

O grupo identificado como de extrema precariedade social é aquele cujas perdas durante a trajetória de vida da família ou do indivíduo interferiu sobre a própria identidade social, como é o caso da perda do vínculo produtivo, da perda de laços afetivos e familiares, da perda da noção da organização política na sociedade.

Não sei quem é o prefeito, não tenho certeza, acredita que seja Cássio Tanigushi, o governador não ...

Não sei quem é o prefeito. Não sei quem é o governador, parece que é aquele barbudo... como é o nome dele?

O outro grupo, identificado de precariedade simplesmente, assim foi considerado porque não tem vínculos formais de ação produtiva, mas procura construir a sua identidade social a partir de uma atividade alternativa de sobrevivência, normalmente conta com vínculos familiares e/ou afetivos, conta com alguma ação do Estado no sentido da reinserção e tem, mesmo frágil, noções da organização social e política da sociedade.

Sei quem é o prefeito e o presidente mas o governador não sei quem é. Conheço o Richa, mas Richa é apelido, né? Nem sei o nome dele. É o prefeito. O presidente é o Lula, este eu sei. Mas o daqui eu não sei (o governador)

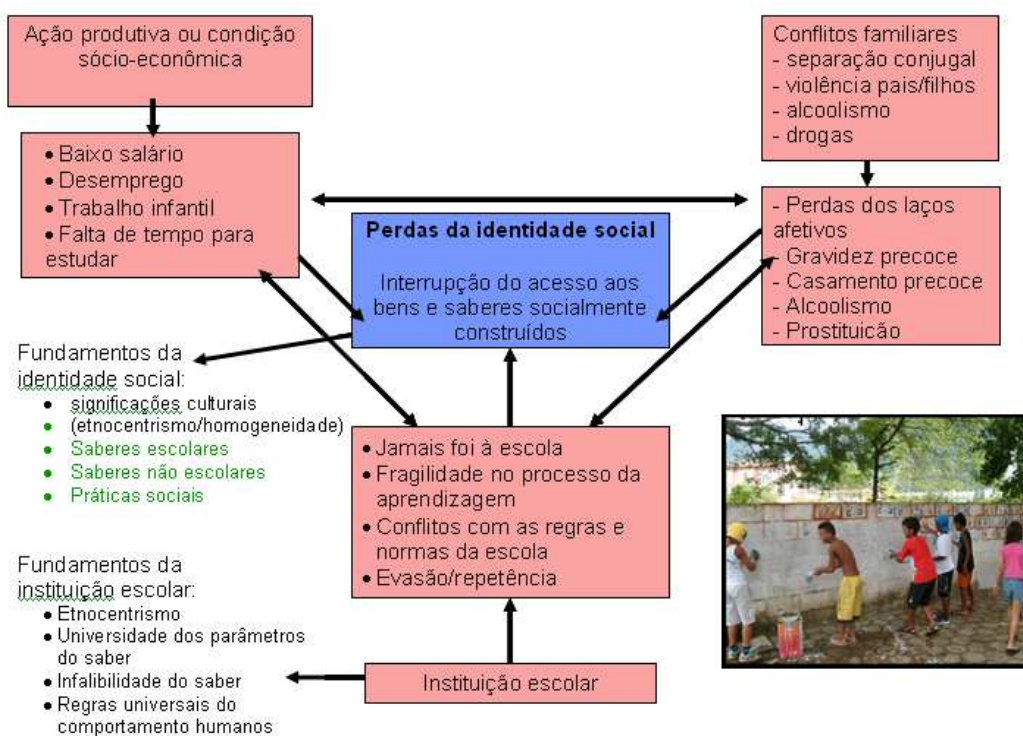
A Escola e o Movimento Circular da vulnerabilidade social

Como já foi explicitado neste texto, a condição de vulnerabilidade social está relacionada à três principais perdas significativas acontecidas na trajetória de vida das pessoas e/ou das famílias, perdas ocorridas no contexto da ação produtiva, como é o caso do desemprego; perdas no contexto da família, como é o caso da perda da própria família, mas sobretudo aquelas relacionadas aos laços afetivos; e a perda no contexto da escola como é o caso da falta de oportunidade de ir para a escola ou o “fracasso” escolar quando nela conseguiu chegar.

Mas o mais importante conclusão que aparece no contexto das perdas significativas é que elas não se apresentam na vida das pessoas de forma isoladas, uma ou outra, mas elas se apresentam caracterizadas por uma dinâmica, em movimento. Isto significa que uma perda desencadeia noutra perda e assim institui-se um processo reprodutivo da vulnerabilidade social, em decorrência das conseqüências criadas, ou melhor dizendo, um movimento circular desta condição.

Neste movimento circular de produção da condição de vulnerabilidade social produzido a partir das perdas significativas ocorridas na trajetória de vida dos indivíduos ou das famílias, a escola se apresenta de forma significativa. A forma como a escola é relacionada nas entrevistas, leva a crer que esta se constitui um evento dos mais significativos nas trajetórias de vida dos indivíduos ou das famílias entrevistadas e que o “insucesso” escolar pode se constituir no evento mais significativo do movimento circular da produção da condição de vulnerabilidade social. A partir dos relatos das experiências negativas no mundo escolar, elaborou-se um “modelo” onde se pode visualizar a inter-relação entre os diversos elementos os quais podem explicar os motivos da escola se constituir em peso considerável no movimento circular da produção da condição de vulnerabilidade social (Ver figura 01).

Figura 01: A Escola e o movimento circular da condição de vulnerabilidade social



Os dados indicam que neste movimento circular a escola exerce papel importante isto porque dentre as três perdas a escola é a que mais se apresenta como perda reprodutora e não apenas como perda gerada. Sem dúvida que todas elas se apresentam ao mesmo tempo como geradas e reprodutoras, mas não tão significativas como é o caso da escola. Isto se explica em decorrência da importância, no contexto das significações culturais e formação da identidade social, a vida escolar e a aquisição de saberes.

Como bem mostra a figura 01, ao mesmo tempo que a escola se apresenta como um elemento decisivo na vida das pessoas no sentido formação e manutenção da identidade social ela se apresenta também como a maior destruidora desta identidade. Isto porque nela as pessoas chegam afetadas pelas conseqüências das perdas anteriores. E é justamente neste

contexto que se explica porque a escola se constitui de um elemento importante no movimento circular da produção da vulnerabilidade social. Produz-se aqui um embate entre a cultura institucionalizada da escola (que trabalha com o pressuposto da homogeneidade e saberes etnocêntricos) ao mesmo tempo que as pessoas chegam na escola caracterizadas por diferenciações em termos de condições sócio-econômicas e culturais. Isto é, o caráter institucional da escola constituído pelas regras, normas e valores, pode se constituir verdadeiramente no fator decisivo no movimento circular da produção da vulnerabilidade social na medida em que se apresenta incapaz de trabalhar com as diferenças sociais no âmbito da condição social, da cultural e dos conflitos sociais. Isto fica evidente, conforme a figura 01, pelo fato que uma das estratégias utilizadas pela população em condições de vulnerabilidade social no sentido da apropriação do espaço público é a produção de saberes não institucionalizados.

Estratégias sócio-educativas de apropriação do espaço público

Os dados da pesquisa revelam claramente que para o grupo social investigado apropriar-se do espaço público significa construir ou reconstruir a identidade social, não apenas através da busca da sobrevivência física, mas especialmente na explicitação dos significados da existência social. Neste sentido as estratégias sócio-educativas de apropriação do espaço público são implementadas diferentemente dependendo de como o grupo se coloca no âmbito da vulnerabilidade social, de precariedade ou de extrema precariedade. Em ambos os casos o objetivo primeiro de qualquer ação é a construção ou reconstrução da identidade social utilizando-se de duas principais estratégias, como serão analisadas a seguir:

1. A construção ou reconstrução da identidade social utilizando a apresentação da imagem de si com base no código cultural, a “homogeneidade” e a “igualdade”

O primeiro grupo social que compõe o universo deste estudo, identificado como de extrema precariedade social busca construir ou reconstruir a identidade social a partir da construção de uma imagem de si de normalidade e de homogeneidade, utilizando para isto os códigos da cultura dominante.

A constatação deste procedimento do grupo social identificado como de extrema precariedade social está em particularidades do discurso elaborado pelas pessoas entrevistadas, especialmente nos seguintes aspectos:

a) A preocupação de mostrar possuir um saber profissional ou uma profissão. Grande parte das pessoas identificadas na pesquisa como em condições de extrema precariedade, cujas características já foram mostradas anteriormente neste texto, insistem em dizer que possuem uma profissão ou um saber profissional, mesmo que no contexto da história de vida relatada esta informação não se apresenta.

“Eu sou pintor eu Trabalho. Agora não estou trabalhando, eu tô aguardando oportunidade. O último dia que trabalhei de pintor foi 8 dias atrás. É só olhar no jornal, pegar as coisas e ir. Pinte dois bares. Pagaram 50 conto”

A minha profissão, quando eu estou na ativa eu sou caminhoneiro. Sim a minha profissão é caminhoneiro. Quando eu estou na ativa. Por que eu sempre digo até pros meu companheiro de rua, aqui que a gente é um profissional quando está ativado. Quando não está, não é, né? “

Eu sou cozinheira do Shopping Muller.... Sei cozinhar, minha mãe me ensinou, só que eu tacho muito alho

Faz-se importante dar significado às particularidades das falas. Ou seja, ser pintor, caminhoneiro, cozinheira, etc. significa saber fazer, possuir um saber e uma profissão. Especialmente se é cozinheira no Shopping Miller, o mais apreciado Shopping pela cultura dominante da cidade onde foi realizada a pesquisa. Estes elementos se constituem significações culturais e estabelecem relação do mundo do indivíduo ao universo objetivo da sociedade. Portanto, estas falas buscam construir uma imagem de si a partir dos códigos da “normalidade” e da “homogeneidade”.

b) A preocupação de mostrar que possui uma família nos moldes tradicional: pai, mãe e filhos; que possui discernimento quanto ao que se considera “certo” e “errado” no âmbito de uma racionalidade burguesa.

“eu tenho marido, 8 filhos e uma casa... vivo aqui porque gosto de beber... na minha casa meu marido não deixa eu beber”

“Separei, sou divorciado. Para ter uma idéia a minha esposa, minha ex-esposa, ela é tesoureira do teatro Guairá e advogada do teatro Guairá. Tem 26 anos que ela trabalha ali, minha ex-esposa. Meu filho, o (...) é engenheiro. Onde meu filho mora, deixei para ele e a outra eu bebi ela, não tenho orgulho em dizer, eu bebi ela. Eu tinha um apartamento aqui no centro da cidade, tinha um terreno na praia com todo material pra eu construir uma casa. Bebi também. Bebi é um modo de dizer”

Não, na verdade meu pai morreu e eu só tenho este. Ele não é meu pai, é meu pai de rua.

Isto é, as falas tentam justificar a condição atual, de estar na rua por exemplo, porque gosta de beber, um deslize pessoal, mas para compensar insistem em dizer que têm família, que têm casa e que a família (as outras pessoas que integram a família) são “normais”, que têm empregos, que estudam, que têm status em decorrência do que fazem e do saber profissional que ostentam.

c) Passando a idéia do caráter provisório da condição social atual.

Todas as entrevistas realizadas com este grupo caracterizado como na condição de extrema vulnerabilidade social mostra a preocupação de passar a idéia de temporalidade da sua condição social atual.

Eu sou diarista... tô aqui pedindo porque tô cansada, amanhã ou depois e volto para a minha profissão

Eu desmancho móveis.... cadeira, mesa, sabe onde reforma estas coisas? Falando nisto, preciso comprar uma ficha de telefone, vou ligar para o patrão, dizer pra ele que amanhã bem cedinho, sete horas, tô no batente. Faz dias que me lembro disto, mas não apareceu grana para comprar o diabo da ficha.

Se eu parar de tomar minha cachaça e achar um trabalho para mim eu sei executar eu tenho certeza que eu sei executar.

d) Dar atenção às regras e às normas institucionais que compõem o espaço público a partir da consciência do não pertencimento deste espaço.

A ocupação do espaço implica se ter noções das regras e normas institucionais assim como habilidades para lidar com o jogo que envolve as relações sociais. A inserção do indivíduo no contexto da institucionalização do espaço se faz, em grande parte, através dos vínculos (da ação produtiva, familiares, institucionais – escola, igrejas, etc.), na medida que estes vínculos alcunham a imagem de “normalidade” para os indivíduos. Neste sentido, o grupo social na condição de extrema vulnerabilidade social, destituídos de tais vínculos, mostram ter consciência da fragilidade do “direito” de permanecer ocupando o espaço social e buscam construir um comportamento social que não provoque impacto frente às regras e normas deste espaço.

Peço, não sei roubar, não sei fazer malandragem , não uso droga. Minha droga é a cachaça, eu tomo minha pinga.

Eu peço pra todo mundo, eu peço a comida, peço a comida...tudo que a gente precisa eu peço. Roubar eu não sei, não sei fazer malandragem nenhuma e é uma coisa que eu tenho orgulho na minha idade. Como eu já falei pro senhor, eu tenho 56 anos, já entrei pros 57. Dia 25 de maio eu vou para os 57 anos, mas graças a Deus, malandragem comigo não existe e este é um grande orgulho que tenho. Eu falo sempre pros meus companheiros aqui: não entre na malandragem, não entre nas drogas, tem bastante. Olha, eu não fumo, tem muita gente que eu compro o cigarro para

dar pra eles. Diz “olha, vá lá comprar um cigarro solto pra mim” e eu vou lá comprar uma carteira de cigarro e digo: “ta, se é pra queimar que queime tudo de uma vez” Tem uma, sei lá (silencio), a gente tem uma vida difícil de explicar e graças a Deus o senhor nunca passou uma dessas e espero que nunca passe.

O que eu aprendi com isto... Isto aqui o que eu aprendi, pelo que eu ando na rua é respeitar os povos, os povo de carro e outras partes que eu aprendi é que nas favelas a gente tem que respeitar aquele outro tipo de gente, que às vezes são diferentes da gente, eles só pensam em maldade

A expressão do medo também mostra a preocupação de bem gerenciar as regras e normas do espaço público na perspectiva de fazer parte dele. Exemplo:

Entrevista?... Você é jornalista?... eu tenho medo... do quê, oras do quê...atrás do jornalista vem a polícia, bota nós tudo no camburão.

Aqui a gente tem que falar baixinho, sabe, dá risada, fazer baruío tudo isto, basta um dono de uma loja desta ligar para a polícia, lá vamos nós no camburão.

A vergonha também expressa bem o sentimento do não pertencimento do espaço. Embora nas entrevistas a vergonha aparece de uma forma mais ampliada, de não saber ler, de ser morador de rua, de pedir ajuda na rua, de exercer certos tipos de profissões como é o caso da prostituição, etc. Na verdade a vergonha é um sentimento originado da sensação do ser diferente, de não se apresentar de acordo com a “normalidade”. Ela aparece ao se estabelecer comparações de si com as outras pessoas que convivem no mesmo espaço. Como diz Gaulejac (1987, p.81), “A vergonha aparece quando os processos de identidades são perturbados, levando o sujeito a uma confusão extrema entre o que é segundo o olhar dos outros e aquilo que é visto por si mesmo”

Exemplos:

Eu nunca tive vergonha de não saber ler, pois sabia *disfarçar muito bem* (grifo nosso) e desta forma as pessoas nem desconfiavam

Não é bom tá aqui pedindo, né? Tenho vergonha

Mas vai aparecer eu na televisão? É que eu tenho vergonha, né? De pedir esmola. Pois deixa eu me virar, ficar de costas....Quando eu era nova eu trabalhava, né? Toda vida eu fui diarista. Toda vida eu fui uma mulher lutadeira, trabalhadeira. Hoje em dia que eu to pedindo, né? Não tem de onde tirar tem que pedir, né? Esse pessoal ta vendo tudo aí, to com vergonha (escondendo o rosto). É que na rua todo mundo me conhece.

Ah, tenho vergonha. Sei lá, as pessoas me conhecem por que eu vivo na rua, né? Vão pensar que eu devo alguma coisa, né? Acho que não é feio. Feio se eu fosse assaltar ou roubar os outros. Dá quem quer me dar, não vou tirar dos outros, me dá se quiser me dar, se não quiser tem outro que dá. Se eu não ganho de um lado, ganho de outro.

Às vezes assim eu tenho vergonha, é que a gente foi criado na roça, né? Às vezes a gente tem vergonha de falar, por que a língua é difícil e a gente fala errado. E aí tem coisas que a gente nem fala, né?

Sobre o meu trabalho não acha bonito, acho horrível, sinto pavor. Tem mulheres que fazem por que precisam e outras por que gostam. Tenho vergonha do que faço, acho muito feio, tenho medo de encontrar algum conhecido.

De uma forma geral, as entrevistas com este grupo social identificado como em condições de extrema vulnerabilidade social, revelam uma noção de espaço como sendo um ambiente institucionalizado, instituído a partir de parâmetros fundamentados no padrão cultural dominante, de onde têm origem as regras institucionais, normas e o poder da ação do indivíduo. Esta interpretação aparece a partir de diferentes reações aos questionamentos expostos às pessoas entrevistadas. Mas, no geral, esta interpretação se expressa em dois principais aspectos: a) revela-se uma noção de espaço como se fosse a junção do espaço físico mais o indivíduo dotado de uma racionalidade. Isto é, as pessoas entrevistadas deste grupo adotam o discurso que associa o existir (fisicamente) ao pensar (possuir uma racionalidade). Em outras palavras, o direito da ocupação do espaço público está reservado a quem é “normal”, e “racional”.

Outra questão importante a ser analisada que aparece nas entrevistas com este grupo investigado, o considerado de extrema vulnerabilidade social, é em relação à presença da ação do Estado na vida das pessoas, como chega até este grupo a presença institucional do Estado. Para este grupo as políticas sociais do Estado (saúde, educação, lazer, trabalho, etc.) se fazem presente somente no ponto de vista assistencial e não de reinserção, como é o caso da alimentação e alojamento.

Vou nas irmãs, nas freiras...

Vou no FAS, Carrasco dos Reis. Tem lá é sopão

Eu não cago na carça, eu vou no banheiro ali nas freiras...

Quando preciso de alguma coisa vou no Toca de Assis. Lá tem muita assistência, tudo que você precisa., comida e comida boa. Toca de Assis é uma Irmandade é Franciscana. É uma Irmandade Franciscana, tem Toca de Assis masculina e tem a Toca de Assis feminina..

Não às vez eu moro aqui, as vez eu moro na FAES, poso na FAES.

Ali na FAES. Ali na FAES no Guadalupe. Nós pede, nós pede. Falamo que tamo na rua, tamo passando fome. Até frio...

2. A construção ou reconstrução da identidade social a partir da ação produtiva e estabelecimento de vínculos institucionais e afetivos

Se o grupo analisado anteriormente, o identificado como de extrema vulnerabilidade social, utiliza a imagem de si como estratégia de construção da identidade social, o grupo social identificado neste estudo como na condição de vulnerabilidade social simplesmente, normalmente busca construir a sua identidade social através de meios alternativos de produção e estabelecimento de vínculos institucionais e afetivos.

A realização de atividades produtivas alternativas pela população em condições de vulnerabilidade social, na medida em que produzem recursos, e se impõem como alternativas de sobrevivência, ganham legitimidade no contexto social mais amplo. Isto deveria ser o caminho para este grupo social como estratégia de sobrevivência e de construção da sua identidade social. Mas, aos poucos estas atividades entram na dinâmica das relações capitalistas e acabam sendo apropriadas pelas classes sociais mais abastadas da sociedade, impondo impeditivos ao acesso pelas classes baixas. Dizendo isto de uma outra forma, a população que vive em situação de vulnerabilidade, inserida na classe trabalhadora, motivada pela necessidade de sobreviver, cria recursos e práticas sociais e apenas consegue usufruir destes recursos enquanto estes permanecerem restritos ao segmento criador, e antes de serem reconhecidos pelo serviço público, enquanto permanecerem na "ilegalidade". O impeditivo do acesso a estes recursos pelos segmentos pobres da população se dá devido o fato de se criar, concomitantemente ao processo da apropriação pelas classes dominantes subjetividades valorativas afastando os segmentos pobres dos recursos e de capitais sociais da sociedade.

No Brasil, muitos recursos de sobrevivência utilizados hoje, e que são reconhecidos socialmente, até há poucas décadas eram consideradas atividades "ilegais" ou "marginais". É o caso das pessoas que utilizam recursos informais de sobrevivência, como é o caso dos catadores de produtos recicláveis, os vigias de carros (mais conhecidos como "flanelinhas"); como aquelas que oferecem seus serviços para carregar volumes nas rodoviárias ou em feiras livres; como aquelas que montam barracas no meio da rua para negociar com produtos, na sua grande maioria, contrabandeados (os chamados "camelôs"), etc. Estas pessoas, forçados pelas circunstâncias das dificuldades de sobrevivência, criaram seus próprios recursos, não apenas como meio de sobrevivência física, mas como meio de construção da identidade social.

Existem dois aspectos importantes a serem analisados em relação a este procedimento utilizado por este grupo social identificado como de extrema vulnerabilidade social, na busca

da sobrevivência física e de construção da sua identidade social. O primeiro diz respeito à dinâmica destas práticas de sobrevivências ocorridas no interior da mesma classe social ou do mesmo grupo. O segundo aspecto diz respeito ao exercício destas práticas e o envolvimento delas com outras classes sociais, com outros grupos sociais e com as organizações administrativas da sociedade.

Em relação aos primeiro aspecto, é preciso considerar que estas atividades alternativas de sobrevivência se originam e ampliam diferenciações sociais no interior da mesma classe ou do grupo social, em decorrência da exploração da mão-de-obra pelos que se diferenciam pela posse de algum tipo de recursos (financeiros ou materiais), como é o caso, por exemplo, de locação de ambientes “privados” para vigiar automóveis, de locação de carros para catar materiais recicláveis, etc. Isto é, criam-se, no interior de uma mesma classe, relações de exploração do trabalho.

O outro aspecto a analisar é que normalmente estas atividades alternativas de sobrevivência, criadas por este segmento social, acaba ganhando legitimidade no âmbito das administrações públicas e se valorizando frente à lógica das relações capitalistas. Este processo leva à perda do acesso a estas atividades pelo segmento autor. Este é um processo ocorrido, por exemplo, com a atividade de vigiar carros, com início de forma sorrateira, tornando-se uma atividade “legítima” nos dias de hoje, isto é, não apenas necessária, mas que é levada em consideração até mesmo pelas políticas públicas de urbanização. Da mesma forma acontece com os catadores de materiais recicláveis, com os vendedores ambulantes, etc. Mas na medida em que estas atividades de sobrevivência se tornam “legítimas”, convertendo-se em práticas produtivas, estas práticas entram numa dimensão de valorização simbólica e real em três dimensões: na instância burocrática do Estado, no caráter mercadoria que assume a prática produtiva e sua apropriação pelas classes dominantes. A convergência destes três elementos é o ponto fundamental da construção das desigualdades sociais, da exploração de classes, da construção de subjetividades que inferioriza e despotencializa a condição de pobreza. Isto porque as pessoas que vivem em condições de extrema pobreza, que utilizam recursos alternativos para sobreviverem, são envolvidas numa dimensão de expropriação não apenas por atender a lógica capitalista, mas pela própria concepção etnocêntrica inserida nas instâncias burocráticas do Estado.

A criação de uma atividade produtiva alternativa se insere na lógica de uma estratégia de ocupação do espaço na medida em que se pode associar esta prática à existência física, do ser social, cultural e racional. Uma atividade alternativa de sobrevivência (vigiar carro,

fabricar e vender produtos artesanais, catar materiais recicláveis, pedir ajuda na rua etc.) se constitui de uma estratégia de apropriação do espaço na medida em que se confronta com o que já é instituído (formal x não formal). Isto se dá num contexto de um movimento de grandes transformações e a conseqüente exclusão social. No caso brasileiro este fenômeno vem acontecendo a partir de dois movimentos: o primeiro movimento foi muito explícito nas décadas de 60 e 70 com o processo da modernização da agricultura e a liberação da mão-de-obra rural, sendo que até nos dias de hoje os centros urbanos ainda não conseguiram absorver totalmente os trabalhadores desempregados do campo em decorrência da modernização da agricultura. O segundo, no que se refere a todo processo de transformação dos fatores produtivos ainda em curso nos centros urbanos.

A criação de recursos alternativos de sobrevivência produz atritos, atribuindo um caráter concorrencial ao mundo formal (institucionalizado), não apenas com outros segmentos sociais formalmente instalados como com as próprias administrações públicas. “Não é raro ouvir-se depoimentos de catadores que afirmam ter no serviço público de limpeza urbana, o seu maior concorrente, o que os obriga a chegar aos pontos de coleta antes da passagem do caminhão da prefeitura” (Bley, 2004, p. 71).

A criação de recursos alternativos de sobrevivência no interior dos centros urbanos está diretamente associado a construção de espaços geográficos também alternativos (ocupações irregulares), normalmente em zonas limites dos centros urbanos.

No caso da cidade onde a pesquisa foi realizada, este fenômeno está muito presente e coincide exatamente com a época de maior migração do meio rural para o urbano, tendo a periferia da cidade como alternativa de quem chegava na cidade. “Na periferia, entre os limites territoriais da grande capital, confrontando-se com os limites dos municípios vizinhos, foi se formando uma zona densamente ocupada, com precárias condições de saneamento, habitação, transporte, educação, enfim, a vida com indicadores de qualidade inversamente proporcionais aos alcançados pelos que conseguiram ficar próximos ou na região central do município.” (Bley, 2004, p. 63).

A realização de recursos alternativos de sobrevivência produz novos saberes os quais às vezes se confrontam com saberes já instituídos (como os escolarizados) e às vezes se somam aos já instituídos.

Eu trabalho como catadora há seis meses. Comecei por necessidade e por solidariedade ao marido, ex-segurança de um hospital, que perdeu o emprego e não encontrou outro (In: Bley, 2004, p. 91)

A gente deixa aqui tudo separadinho e leva lá, a gente coleta tudo que é material. Mas quem sai na rua é a Maria José, eu ajudo na arrumação. Eu até tentei ajudar, mas não agüentei a caminhada, tava ruim, ruim, ruim. Mas agora eu to fazendo tratamento com o médico e ele me deu uns remédios que eu to me dando muito bem, não sara, mas não deixa ficar sentindo aquelas dores.

Este papel eu apanho aqui na rua, eu vendo para o meu patrão por 0, 24 o Kg. Então ele vende para firma eu não sei a quanto. Ta entendendo? Ele tem que ganhar o dele, né?

Não sei por quanto ele vende, se por 0,28, 0,30,0,35...Tem que ganhar o dele, né? Não tem base, tem dias que se pega, KG 120, 130, 150. Eu tenho um ponto ali na Casa China, todos dias tem uns 60 quilos, mas eu cato pela rua para poder fazer a carga.

Na rua tem, tem... uns jeitinhos. Tem uns colegas que pegam papel numas lojas que eu não posso ir lá pegar, né? Senão vira confusão, né? O que é dele é dele, o que é meu eu pego numa loja, lá e é só meu, não chega outro pedindo lá: “me dá papel”. Fica chato. Esta é a regra do papel, né?

Para entrar aqui dentro também não é fácil, tem uns espaços que é só umas que ficam. Por que é um espaço que as outras estão há mais tempo(...)é variado tem muitas coisas . Aqui não é permitido tomar o espaço A gente fala que não, que não é para ficar, normal. Tem umas que ficam, que vão lá para trás, ocupando o espaço sozinha, que logo em seguida vai indo, vai indo vão ver ela todos os dias trabalhando e vai se enturmado no meio das outras.

A ação do Estado, embora de forma frágil, se faz presente em meio ao grupo social caracterizado como de vulnerabilidade social, não apenas com ações de proteção social, como acontece com o grupo de extrema vulnerabilidade, mas até mesmo com algumas ações de reinserção social, através da disponibilidade dos postos de saúde nos bairros, da escola pública, da bolsa-família, do financiamento de carros para a coleta de materiais recicláveis, etc. O que se observa que para este contingente populacional, ação do Estado não se apresenta de forma automática, mas depende da mobilização da família e/indivíduos com os vizinhos, amigos, etc.

Durante este período passei fome, mas nunca recebi ajuda do governo, pois nem sabia para quem pedir, contava com o apoio das pessoas na rua, que sempre davam um prato de comida, uma água e roupas usadas.

Nem sei a quem recorrer se precisar de um advogado. Uso posto de saúde quando fico doente...

Quando preciso de saúde recorro ao posto mas tem falta de médicos, filas enormes, mau atendimento. Desde criança preciso madrugar para conseguir ficha, não vai mudar, é ruim, é, mas fazer o quê? Se precisar de advogado, sei lá, não tem onde ir...

Quando preciso vou no posto de saúde. Quando não tem muita gente sou atendido, mas quando tem que ir para casa ou enfrentar fila, né? E quando a gente precisa assim a gente chama a ambulância o SEAT, né?

Aí outro problema. Ta vendo estas varizes aqui? Faz horas que tem um médico que queria operar para mim, mas eu tinha que ficar uns 3 a 5 mês em repouso sem trabalhar. E eu não podia, que sozinho eu tinha que pagar o aluguel. Como é que eu ia ficar, daí deixei pra lá, deixei pra lá e hoje em dia ele ta desse jeito aqui, ó.

Eu fui pro nordeste, meus parentes que eu achei lá...pai e mãe já tinham morrido, minha ex-mulher tava para Brasília. Eu tenho lá primo e prima, tem umas irmãs minha que tão em São Paulo. Agora meus parentes que eu achei lá, tão tudo bem de situação e eu fiquei até com vergonha de falar para

eles que eu to nesse serviço aqui, fora de brincadeira. Eles pelejaram para ficar lá e eu cheguei lá sem dinheiro, se eu tivesse com dinheiro para comprar um barraquinho, lá eu teria ficado lá. Por que o nordeste é bom de se viver, mais barato que viver para cá, a parte de comida é mais em conta, a gente tem mais liberdade, não é como o lugar que eu moro que na saída e na chegada você tem que sair e se apegar com Deus por que quando você sai, não sabe se chega vivo, por que na entrada lá é todo dia é morte. Ontem mesmo matou dois na Av. Das Torres. Todo dia é aquele tiroteio, aquela guerra, lá, entre eles. Você corre o risco de pegar uma bala perdida. E u não fiquei no nordeste por causa disto, se eu tivesse um recurso, depois desses anos todos.

Graças a Deus. Mas eu fui pegar o remédio no postinho, que eles me mandaram, mas não levei o atestado do médico, mas eles são tudo bonzinho, disseram que a próxima vez não iam me atender sem o atestado do médico, mas eu não sabia que tinha que levar. Eu fiquei com uma vergonha tão grande que eu até chorei, fiquei nervosa.

Eu sou, mas fila a gente tem que enfrentar mesmo, não é que tem? Eu acho que uma pessoa idosa que nem eu não tem necessidade de enfrentar fila, tem que atender logo primeiro. Mas às vezes demora para conseguir consulta, para sair os exames dele (se referindo ao marido doente) e daí tem que pagar. Teve uma vez que tinha não sei quantas mil pessoas na frente dele e não sei quantas mil na minha frente, daí tive que pagar, paguei 120,00 na minha e a dele 45,00. É dinheiro que vai, se a gente não puder tem que tirar da boca, né?

A gente fez lá em Quitandinha (Bolsa Família), e aqui o tempo que a gente tava pra cá fez pra cá e depois a gente voltou pra lá e fez pra lá, agora a gente voltou pra cá e ta pra sair. Esses dias eles foram lá em casa para ver a matrícula do Pedro, pra ver se ele estava estudando, aí eu mostrei. Ta para sair mas vai demorar, né?

Não sou aposentada, quem dera se fosse, daí sobrava um dinheirinho para poder pagar as coisas

Eu fui trabalhar na prefeitura, né? Na década de 80 que eu comecei a trabalhar na prefeitura, quebrou a burocracia e eles pegavam gente da comunidade, então eu comecei a trabalhar sem estudar mesmo, comecei como cozinheira e trabalhei assim muitos anos. Daí em 92 eu voltei para a escola por que a prefeitura sempre cobrava, daí quando fizeram o concurso para efetivar quem era CLT eu fiquei com vergonha, né? Entrei em uma sala cheia de gente e comecei a ir para a escola. Daí cheguei lá com todo mundo veio uma mulher e começou com umas historinhas, muito simples. Eles incentivaram bastante a gente voltar a estudar.(

Catar o papel e ele ganha o dinheirinho dele de aposentado. Eu por enquanto não ganho nada, mas to tentando.

A apropriação de saberes através de vínculos com associações comunitárias ou entidades religiosas é outra estratégia utilizada por este grupo social na apropriação do espaço público

Conforme constatação da pesquisa, as associações comunitárias e entidades religiosas exercem um papel importante no sentido de repassar saberes e experiências na construção de melhorias das condições de vida, mas se apresentam de forma muito esporádicas na periferia urbana. Alguns locais muitas destas instituições se apresentam, de forma e existir até mesmo uma certa “concorrência” entre as suas diferentes atividades, em outros nenhuma delas se faz presente. Entretanto, sem levar em consideração esta disparidade, as atividades realizadas por estas instituições tendem a ser mais eficientes que as ações do Estado por duas razões: são ações normalmente exercidas por pessoas das próprias comunidades, o que facilita a

aproximação entre as pessoas envolvidas, e, são ações livres da vinculação político burocrático do Estado, o que se torna, a sua efetivação, menos complexa.

É, Irmandade do Servo Sofredor, da Igreja Católica. Eu também sou do Conselho da Capela. O benefício seria assim, a gente se vê como sofredor e como servo, né? De primeiro a gente era só sofredor e depois que criaram esta irmandade que foi o Alfredinho, não sei se o senhor conhece? Depois além de sofredor a gente virou servo, a gente sente assim a importância, vê que a gente não é só um coitado e começa a ver as pessoas assim diferente, olha para as pessoas mais pobres, doentes, mais sofridos, com outra cara, olha com o coração.

É muito difícil, se há necessidade, tudo bem. A gente se encontra nas terças-feiras no retiro, neste encontro. Daí uma vez por mês tem uma missa, com o padre que sempre fala, dá uma palestra e uma vez por ano a gente faz um retiro. É muito difícil o padre trazer gente de fora, mais agora que a Maria José ta fazendo especialização. Tudo que ela aprende ela passa para nós, a gente aprendeu muito com ela.

Eu gostei muito, sempre que eu vejo pessoas de mais idade indo para a aula eu sempre falo “que coisa boa, né?” Uma coisa que me arrependo é não ter ido para a faculdade, por que quando eu me formei 2º grau, terminei junto com a Maria José. Se eu tivesse feito faculdade eu teria me aposentado até com um salário melhor.

Foi esses CEBEJA, né? Desde o 1º grau eles vinham aqui, a gente ia na creche, eu trabalhei uns 10 anos na creche, depois o professor não ia mais na creche, ia lá no Orto e nós pegava o ônibus depois do serviço, mas foi gostoso a gente adquiriu conhecimento. Coisas assim que a gente não tinha, né? Me formei acho que em 98/99, é que eu fiz as 4 séries e dei uma paradinha e depois comecei de novo, por que eles deram mais uma apertada.

Foi bom em matemática e parece assim que abriu até para você assistir um filme, parece que você tem mais discernimento das coisas. Têm algumas coisas que você vê ou ouve e não leva muito a sério, não entende, mas agora não. Às vezes me dá vontade de ler, mas eu tenho dificuldade para ler e escrever, meus meninos até falam que eu escrevo como falo (rsrsrs). Mas eu fiquei com medo, que para mim escrever é sofrido. Antigamente era preencher uma ficha, eu errava tudo, ficava nervosa.

Não, o trabalho continuou o mesmo, para mudar eu tinha que fazer outros cursos, assim como informática, que eu nunca consegui fazer, ainda hoje não mexo no computador, sabe eu ainda não confio (referindo-se ao próprio conhecimento). Eu não sei dirigir, tenho carro a não sei quantos anos e não consegui. Minha nora fala mexe no computador que com o tempo a senhora aprende...

Conclusões

Os dados analisados ao longo deste texto indicam algumas conclusões significativas:

1. Pode-se considerar tarefa difícil, quase impossível, se definir uma condição social utilizando-se da mensuração simplesmente, como normalmente procedem as instâncias burocráticas do Estado. O estudo analisado neste texto indica que a chamada condição de vulnerabilidade social, mesmo considerando parâmetros bem definidos, envolve questões subjetivas, como é o caso de vínculos afetivos e/ou familiares, que se apresentam como fatores

relevantes, os quais não são detectados se não através de uma investigação empírica envolvendo questões subjetivas;

2. A escola (enquanto uma instituição) se apresenta como um elemento de dupla face no contexto da vulnerabilidade social, a partir de um jogo dialético entre o de se constituir vítima ou de produtora das próprias desigualdades sociais. Este jogo dialético entre dois papéis exercidos pela escola é revelado especialmente pela incapacidade que esta instituição tem de lidar com os conflitos sociais que chegam até o seu interior. Isto se dá pelo próprio caráter institucional da escola, o seu conjunto de regras, normas e valores, incapacitando a escola de lidar com diferenças sociais;

3. As estratégias sócio-educativas de apropriação do espaço público utilizadas pelas famílias em condições de vulnerabilidade social têm caráter diferente dependendo do grau de vulnerabilidade social da família ou da pessoa, assumindo duas grandes tendências: a reconstrução da identidade social a partir da construção de uma imagem de si (utilizados parâmetros da homogeneidade e “igualdade” social típicos da sociedade burguesa) ou a reconstrução da identidade social a partir da construção da ação produtiva e estabelecimentos de vínculos institucionais e/ou com associações, ONGs ou instituições religiosas;

4. Não se pode pensar a ação do Estado como uma ação de direito simplesmente, como se a ação do Estado chegasse até o indivíduo de forma direta e automática intermediada pelo direito. O controle institucional do Estado (por via das normas e regras sociais) assim acontece, mas os serviços do Estado ofertado à sociedade em geral se constitui de uma construção coletiva a qual se apresenta de forma diferenciada dependendo do segmento social. Enquanto que as classes dominantes estabelecem mecanismos de controle e de apropriação da ação do Estado utilizando até mesmo a noção de cidadania, as barganhas políticas e as amarras que se estabelecem no contexto das relações de produção, os segmentos populares utilizam estratégias individuais e associativas no sentido de se aproximar da ação do Estado.

Referências

ARENDDT, Hannah. A Condição Humana, 10 ed. Forense Universitária, 2002

ARANTES, Antonio Augusto. O que é cultura popular. São Paulo: Brasiliense, 1998 (Coleção Primeiros Passos).

BAJOIT, Guy. Tudo Muda, Proposta Teórica e Análise da Mudança Sociocultural nas Sociedades Ocidentais Contemporâneas. Ijuí/Lisboa: Editora Unijui/Ceos, 2006.

- BLEY, Regina de Cássia Bergamaschi. Educação Ambiental no Processo de Trabalho do Catador de Materiais Recicláveis de Curitiba, Estado do Paraná. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2004 (Dissertação de Mestrado)
- BONETI, Lindomar W. L'exclusion sociale en tant que trajectoire de perte d'accès à des biens et des services. In : Bulletin de l'Association internationale des sociologues de langue française, n. 20. Toulouse : Université de Toulouse, 2004, p. 149-166.
- BOURDIEU, Pierre. Préface de Pierre Bourdieu à Paul Lazarfeld, Marie Jahoda, Hans Zeisel. Les chômeurs de Marienthal. Paris : Éditions de Minuit, 1981..
- CASTEL, Robert. Classes sociais, desigualdades sociais, exclusão social. In: Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social (Org. BALSÁ, C.;BONETI, L e SOULET, M.) Ijuí/Lisboa: Editora Unijuí/CEOS, 2006.
- DACHEUX, Eric. L'espace publique : un concept clef de la démocratie. In : L'Espace Public Org. DACHEUX, Éric). Paris : CNRS Éditions, 2008.
- DUBET, François. Sociologie de l'Expérience. Paris : Seuil, 1994
- FORQUIN, Jean-Claude. Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento. Porto Alegre, Artmed, 1993.
- GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989
- GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura, 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1989.
- HABERMAS, Jurgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1984.
- ROCHER, Guy. Le "polythéisme" des modes d'explication du social (conferencia). Colloque international « Analyse du social et modes d'explication » Montréal : 23 de setembro de 2004.
- SANTOS, José Luiz. O que é cultura. São Paulo: Brasiliense, 2003 (Coleção Primeiros Passos)